



FOR
SIN



Reforma trabalhista: governo tenta se blindar junto ao TST

O governo montou uma estratégia para evitar que a discussão sobre a reforma trabalhista que ocorrerá no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em fevereiro crie ainda mais ruídos sobre o tema. A preocupação é a Justiça entender que as mudanças feitas no ano passado não valem para contratos antigos. Isso poderia abrir uma crise institucional entre o Legislativo e o Judiciário. Representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério do Trabalho estão em contato com as equipes dos ministros do TST para esclarecer dúvidas e identificar brechas na nova legislação antes de 6 de fevereiro, quando começam as discussões. De tempos em tempos, o TST analisa as mudanças na lei e adapta suas súmulas, ou seja, dá orientações para que os julgamentos nas instâncias inferiores sejam mais rápidos. Em fevereiro, os ministros discutirão o que fazer com 34 súmulas depois da aprovação da reforma. E já há ruídos.

EXPECTATIVA SOBRE POSICIONAMENTO A Comissão de Jurisprudência do Tribunal percebeu que a reforma deixou brechas e, assim, concluiu que alguns pontos não se aplicariam aos contratos antigos entre patrões e empregados. Esse parecer foi dado em outubro do ano passado. No entanto, enquanto os três ministros dessa comissão analisavam o tema, o governo também se deu conta da brecha e editou uma medida provisória para esclarecer que a nova lei valeria, sim, para os contratos que estão em vigor. Isso deixou o parecer obsoleto em alguns pontos. Há dúvidas sobre o que dirão os ministros pelo fato de a reforma trabalhista ter entrado em vigor em novembro e, em seguida, o governo ter editado uma MP que alterou pontos importantes dela, como a questão dos contratos antigos. Uma das discussões que deve gerar polêmica é sobre horas in itinere,



FOR
SIN

ou seja, o tempo gasto para uma pessoa chegar ao local de trabalho. Há casos de trabalhadores que, diariamente, têm de se deslocar para municípios vizinhos. Emerson Casali, especialista em relações do trabalho, acredita que apenas alguns pontos devem causar polêmica entre os ministros. Mas ressalta que o importante será o posicionamento do Tribunal. Casali lembra que a Justiça do Trabalho é tida como favorável ao empregado, não neutra. E que várias entidades de juízes do Trabalho indicaram ser possível interpretar vários pontos da nova legislação como inconstitucionais, o que deve afrontar diretamente o Legislativo.— O próprio Legislativo ficou irritado com a postura do Judiciário e pode vir a mexer na estrutura da Justiça do Trabalho. Vamos ver se o TST terá uma postura de neutralidade — disse Casali. O Globo

Mais notícias do período Janeiro de 2018

- * [Idosos a partir de 60 anos com conta na Caixa ou BB receberão crédito do PIS/Pasep nesta segunda](#)
- * [MEC antecipa data do Sisu; inscrições começam dia 23](#)
- * [Justiça aplica reforma e deixa de usar tese de grupo econômico](#)
- * [Portaria que reajusta aposentadorias acima do mínimo sai no Diário Oficial](#)
- * [Toyota avalia adotar terceiro turno no Brasil e Argentina](#)
- * [Divulgação do resultado do Enem é antecipado para 18 de janeiro](#)
- * [Volume de serviços no país cresce 1% de outubro para novembro de 2017](#)
- * [CIEE oferece mais de 1,6 mil vagas de estágio no Rio Grande do Sul](#)
- * [Sindec-POA agora tem convênio com Faculdade Monteiro Lobato](#)
- * [Pagamento do PIS/Pasep para trabalhadores com mais de 60 anos começa dia 24](#)
- * [Percentual de famílias endividadas sobe de 59% para 62,2%](#)
- * [Inflação de produtos na saída das fábricas é de 1,47%](#)



FOR
SIN

* [Preço da gasolina diminui e do diesel sobe hoje nas refinarias](#)

* [Trabalhador com saldo na conta do FGTS receberá lucro](#)

[Notícias](#)